

A. DADOS PESSOAIS

Nome: PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES

Local e Data de Nascimento: Aveiro, 16 de novembro de 1981

Nacionalidade: Portuguesa

Morada institucional:

1. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade – Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa
2. Avenida Elias Garcia, 20 – 1.º Dto. 1000-149 Lisboa

Telefone: 21 330 39 00 / 21 798 4600

Correio eletrónico: plopes@fd.ulisboa.pt | pml@msnf.pt

ORCID: 0000-0003-4797-354X

Ciência Vitae ID: A211-020F-BA13

Academia.edu: <https://pedromonizlopes.academia.edu/>

B. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

01/2016. Doutoramento em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com dissertação intitulada “*Derrotabilidade normativa e normas administrativas*”. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade (18 valores)

10/2010. Mestrado em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com dissertação intitulada “*Princípio da boa fé e decisão administrativa: estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*”. Aprovado com 18 valores

06/2006. Pós-graduação em ciências jurídico-administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

09/1999 – 07/2004. Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Classificação final de 16 valores

C. EXPERIÊNCIA ACADÉMICA

1. CATEGORIA E FUNÇÕES

01/2016 - presente. Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/PedroMonizLopes.aspx>)

01/2016 – presente. Investigador principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.icjp.pt/cidp/investigadores/3903/1894>)

09/2008 – presente. Docente do Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<https://www.icjp.pt/corpo-docente/docente/1894>)

09/2008 – 09/2009 e 09/2010 – 01/2016. Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

01/2013 – 01/2016. Investigador associado do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2. DISCIPLINAS LECIONADAS

Regências de Doutoramento
Introdução ao Direito Público

Regências de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Direito Constitucional
Direitos Fundamentais
Metodologia da Investigação Científica

Regências de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
- Políticas Públicas
- Cooperação Interadministrativa e Transfronteiriça (Mestrado em Direito e Interioridade)

Regências de Licenciatura
- Direitos Fundamentais
- Filosofia do Direito

Colaborações em aulas práticas (Licenciatura)

- Direito Constitucional I e II
- Direito Administrativo I e II
- Direitos Fundamentais
- Filosofia do Direito
- Direito Administrativo I e II
- Ciência Política

D. LÍNGUAS

Língua	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	Escrita
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
Castelhano	C1	C2	B2	B2	B1
Francês	B1	B2	B1	B1	B1
Italiano	B2	B2	A2	A1	A1
Alemão	A2	A2	A2	A2	A2

Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR).

E. EXPERIÊNCIA EXTRA-ACADÉMICA

1. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

06/2020 – presente. Advogado e jurista em prática individual.

09/2021 – 02/2022. Presidiu à Comissão de Renegociação do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT (nomeado por despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas).

06/2022 – presente. Integra a lista de Árbitros do Centro de Arbitragem Comercial (Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa)

07/2019 – presente. Árbitro do TAD – Tribunal Arbitral de Desporto (<https://www.tribunalarbitraldesporto.pt/arbitragem/lista-de-arbitros/pedro-brito-veiga-moniz-lopes>)

07/2014 – presente. Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (<http://www.caad.org.pt/content/show/id/19/s/2#topmenu>)

07/2013 – presente. Integrou como Presidente ou vogal júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes (Administração central e municipal).

06/2008 – presente. Formador em várias entidades, públicas e privadas.

01/2015 – 06/2020. Sócio da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL (Departamento de Público, Regulação e Concorrência)

2. ATIVIDADE EDITORIAL E EM CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

12/2015 – presente. Diretor Executivo da Revista *e-Publica – Public Law Journal* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa) (<https://e-publica.pt/editorial-board>)

01/2020 – 06/2022. Secretário-Geral do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

01/2014 – 12/2015. Diretor Executivo Adjunto da Revista *e-Publica – Public Law Journal* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa)

3. OUTRA

- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista *Materiali per una Storia della Cultura Giuridica* (Università degli Studi di Genova), desde 2023.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista *Quaestio Facti – International Journal on Evidentiary Legal Reasoning* (Universitat Girona), desde 2022.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista *Nordic Journal of Human Rights* (University of Oslo), desde 2020.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista *Diritto e Questioni Pubbliche – Rivista di Filosofia del Diritto e Cultura Giuridica* (Università degli Studi di Palermo), desde 2019.

- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista de Direito Administrativo – Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), desde 2018.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista de Ciências do Estado de Universidade Federal de Minas Gerais, desde 2018.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Lisbon Law Review, desde 2017
- Membro fundador do LxLTG (atual LLT) – *Lisbon Legal Theory* (<https://lisbonpubliclaw.pt/lisbon-legal-theory/>), desde 2015.
- Membro da ATFD – Associação de Teoria e Filosofia do Direito e Filosofia Social, desde 2015.
- Bolseiro de doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP, de Dezembro de 2012 a Agosto de 2014.

F. ATIVIDADE CIENTÍFICA

1. ÁREAS DE ATIVIDADE CIENTÍFICA

Principais áreas científicas de investigação:

Direito Administrativo: regulamentos e regulação administrativa; procedimento administrativo e discricionariedade; organização administrativa; contratação pública.

Direito Constitucional: teoria da constituição; teoria da lei; princípio da separação dos poderes; organização do poder político; sistemas políticos e sistemas de governo; justiça constitucional.

Direitos Fundamentais: dogmática e teoria geral (teoria das regras e dos princípios); restrições e proporcionalidade; teorias da ponderação; dignidade da pessoa humana; igualdade.

Teoria e Filosofia do Direito: teoria analítica; teoria da norma; filosofia da linguagem; lógica deôntica; metateoria do direito; filosofia do direito; história do pensamento jurídico contemporâneo.

Outras áreas científicas de interesse: Políticas Públicas, Legística, Ciência da Legislação e da Regulamentação e Direito da Regulação.

2. PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

i. Teses

- *Derrotabilidade normativa e normas administrativas – o enquadramento das normas regulamentares na teoria dos conflitos normativos: Parte I – A estrutura da norma e a derrotabilidade normativa; Parte II – Separação de poderes, legalidade e transitividade Normativa; Parte III – Normas regulamentares e conflitos normativos*, 2 vols., Lisboa, AAFDL, 2019 (dissertação de doutoramento)
- *Princípio da boa fé e decisão administrativa – estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*, Coimbra, Almedina, 2011 (dissertação de mestrado).

ii. Livros

- *Estudos de Teoria do Direito*, vol. II, Lisboa, AAFDL, 2023
- *Contratos Administrativos e Boa Fé – em especial, da relevância das condutas prévias e concomitantes à execução para a interpretação dos contratos administrativos*, Lisboa, AAFDL, 2019
- *Estudos de Teoria do Direito*, vol. I, Lisboa, AAFDL, 2018

iii. Edição e coordenação de obras coletivas

- *O pensamento de Hans Kelsen – influências, contexto e atualidade* (Coord. P. MONIZ LOPES), Lisboa, AAFDL, 2020
- *Legal Interpretation and Scientific Knowledge*, D. DUARTE / P. MONIZ LOPES / J. SILVA SAMPAIO (Eds.), Springer, 2019
- *The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts*, M. NOGUEIRA DE BRITO / G. DAMELE / R. HERDY / P. MONIZ LOPES / J. SAMPAIO (Eds.), Archiv für Rechts und Sozialphilosophie, Franz Steiner Verlag, 2019

iv. Capítulos de livros internacionais

- *Evolutionary theory and legal adjudication: Substrata for a predictive theory of legal science* (co-aut. Raquel Franco) in *Handbook on Legal Evolution* (ed. Wojciech Zaluski), Edward Elgar, 2023 (no prelo)
- *A few notes concerning the use of generics in law and legal science* in *Volume in Onore di Claudio Luzzati* (Eds. Francesca Poggi, Silvia Zorzetto, Francesco Ferraro), Milano (no prelo)

- «Uma “questão de princípio”: a distinta dimensão da boa-fé nos contratos administrativos» in *Direito Público Contemporâneo – a nova LINDB e as novas leis de Licitações e Contratos Administrativos e de Improbidade Administrativa*, Escola Paulista de Magistratura, 2023 (disponível em <https://epm.tjsp.jus.br/Publicacoes/ObrasJuridica/92145>).
- *Interpretative norms and interpretative discretion: criteria for adjudicating meaning* (co-aut. David Duarte) in *Interpretivism and the Limits of Law* (ed. Tomasz Gizbert-Studnicki, Francesca Poggi, Izabela Skoczeń) *Elgar Studies in Legal Theory*, December 2022
- *On the validity of a global normative framework for public agencies: a legal theory’s approach to Global Administrative Law* in *Governing with public agencies* (org. MAURO ZAMBONI / JANE REICHEL / MARIA GRAHN-FARLEY) *Publicerad av Stiftelsen Juridisk Fakultetslitteratur*, mars 2022, pp. 19–36
- *Naturalizing interpretation: a first approach on «hardware» and «software» determinants of legal interpretation* (em co-autoria com R. FRANCO) IN D. DUARTE / P. MONIZ LOPES / J. SILVA SAMPAIO, *Legal Interpretation and Scientific Knowledge*, Springer, 2019, pp. 47-81.
- *Interpretative and normative ambivalences of human dignity – rights, dignity and morality in Fleming v Ireland* in M. NOGUEIRA DE BRITO / G. DAMELE / R. HERDY / P. MONIZ LOPES / J. SAMPAIO (Eds.), *The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts*, *Archiv für Rechts und Sozialphilosophie*, Franz Steiner Verlag, 2019, pp. 143-172.
- *Derrotabilidade Normativa e Jurisdição Constitucional in Reforma do estado social no contexto da globalização* (org. G. FERREIRA MENDES, C. BLANCO DE MORAIS, C. CUNHA CAMPOS), *FGV Projectos (et al)*, 2019, 266-279.
- *Balancing principles and a fortiori reasoning*, D. DUARTE and J. SILVA SAMPAIO (Eds.), *The Principle of Proportionality in Law – an Analytical Approach*, Springer, 2018, pp. 137-157.
- *The nature of competence norms*, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, Springer (2017), https://rd.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-94-007-6730-0_223-1
- *Legal norms as hypothetical imperatives*, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, M.N.S. SELLERS and STEPHAN KIRSTE (Eds.), Springer (2017), https://rd.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-94-007-6730-0_219-1

v. **Capítulos de livros nacionais**

- «A tale of charity and disappointment»: as recensões cruzadas de H.L.A. Hart e Alf Ross in *Revisitar "O Conceito de Direito" de Herbert Hart*, (Gonçalo Fabião, S. Azevedo, eds.), Lisboa, AAFDL, 2023 (no prelo)
- *Distinções no procedimento regulamentar: contra uma visão monolítica dos regulamentos administrativos*, in *Regimes Gerais do Procedimento e da Atividade Administrativa – XIV Colóquio Luso-Espanhol de Professores de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, 2022, pp. 257-284.
- *Dois equívocos em Kelsen a respeito da completude e consistência normativas* in *O pensamento de Hans Kelsen - influências, contexto e atualidade* – P. MONIZ LOPES (Coord.), Lisboa, AAFDL, 2020, pp. 87-113.
- *Fontes de direito regulatório: da «hard law» à (alegada) «soft law»* in AA. VV., *Garantias de Direitos e Regulação – Perspectivas de Direito Administrativo*, C. AMADO GOMES, R. SARAIVA, R. PEDRO, F. MAÇÃS (Coord.), AAFDL, 2019, pp. 443-474.
- *Normas de competência de tutela administrativa* in AA. VV., *Organização administrativa: novos actores, novos modelos*, vol. II, C. AMADO GOMES, A. NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2018, pp. 755-795
- *(...) the appellant's mind and her forceful clarity «is all that Marie has left»". Sobre a dignidade, a autonomia e a moral, a propósito do caso Fleming v Ireland* in J. REIS NOVAIS / T. FIDALGO DE FREITAS (Coord.), *A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional*. Almedina, 2018, pp. 289-335.
- *Conflitos de interesses na contratação pública: uma primeira abordagem* (em co-autoria com M. TERESA CAPELA) in AA. VV., *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, C. AMADO GOMES, T. SERRÃO, M. CALDEIRA, R. PEDRO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 437-469.
- *Comentário ao artigo 2.º do Decreto-Preambular («Regimes Especiais») in AA. VV., O Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas: Comentários à luz da Jurisprudência*, C. AMADO GOMES, R. PEDRO, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 125-143.
- *Objecto, condições e consequências da invalidade regulamentar no novo Código do Procedimento Administrativo* in AA. VV., *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, C. AMADO GOMES, A. FERNANDA NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2015, pp. 847-879.

- *Ilegalidades urbanísticas e medidas de reintegração: algumas questões a propósito da dicotomia procedimental entre licenciamento e comunicação prévia*, in AAVV, *A Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação*, Almedina, 2015, pp. 205-225.
 - *Licenciamento de operações de tratamento de resíduos, margem de livre apreciação administrativa e precariedade do acto final*, in AA.Vv., *Direito dos Resíduos*, Lisboa, ERSAR/FDUL, 2014, pp. 107-129.
 - *Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa: enunciados constitucionais de preferência* in *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, coord. C. BLANCO DE MORAIS, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 477-577.
- vi. Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica**
- *Relevance and Equality: an Analytical Account*, in *The Journal of Contemporary Legal Issues* (University of San Diego), 2022, pp. 331-382.
 - *The expression of norms as a speech act: assessing the explanatory power of theories of interpretation* (co-aut. David Duarte) in *International Journal for the Semiotics of Law - Revue Internationale de Sémiotique Juridique*, Springer, 2022, volume 36, n.º 2, 599-628
 - *The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles* in *Ratio Juris*, vol. 30, issue 4, 2017, pp. 471-490.
 - *Implicazioni derivanti dalla genericità nella (in)coerenza e nella (in)completezza dei sistemi giuridici* in *Diritto & Questione Pubbliche* XVII, 2017 / 1 (giugno) | pp. 275-327.
 - *Princípios como induções deônticas: a previsão indutiva, o défice informativo e a derrotabilidade condicional nos princípios jurídicos*, *Revista Nomos*, edição 1011.1, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Brasil (2011), pp. 197-235.
- vii. Artigos em revistas nacionais**
- «*Erros do tipo 1*» e «*erros do tipo 2*»: *riscos, incerteza, discricionariedade e coerência nas restrições pandémicas* in *CJA*, n.º 144, 2022, pp. 12-29
 - *Implications of genericity on the (in)consistency and (in)completeness of legal systems* in *Jus Dictum*, n.º 8, 2022, pp. 25-54.
 - *Nudging as a tool: The case of the transposition of EU directives* (co-aut. Raquel Franco, Jorge Silva Sampaio) in *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*, Vol. 8, n.º 2, (2021), pp. 4-20.

- *A liberdade de expressão no contexto desportivo: Considerações metodológicas* (co-aut. Sara Azevedo) in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Vol. 8, n.º 1, (2021), pp. 134-171.
- *Significado e alcance da «suspensão» do exercício de direitos fundamentais na declaração de estado de emergência* in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, vol. 7, n.º 1, Abril, 2020, pp. 118-152.
- *Em defesa da admissibilidade da reserva de revogação da decisão de contratar* in Revista dos Contratos Públicos, n.º 23, 2020, pp. 83-133.
- *A ponderação constitucional realista: pressuposições teóricas na interpretação de conceitos constitucionais e o problema da dimensão epistémica na ponderação* in Jus Dictum, n.º 2, 2020, pp. 23-37.
- *Are we positive about positive law in a global sphere? A comment on Edouard Fromageau's "the Concept of Positive Law in Global Administrative Law"* in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Vol 2, n.º 3, (2015)
- *O regime substantivo dos regulamentos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo: algumas considerações estruturantes* in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Vol. 1, n.º 1, (2014)
- *Juggling insolvency and international arbitration - a case study* (co-aut. Maria Almeida Fernandes; Porfírio Moreira; Pedro Cardigos) in *Young Arbitration Review Edition*, Edition 9, April 2013, pp. 21-23.
- *O valor jurídico das normas de decisão jurisprudenciais*, O Direito, 140, n.º 3, (2008), pp. 645-695.

viii. Outras publicações

- *A Restatement of the Theory of Fundamental Rights – From the German and US Comparative Viewpoints* (co-aut. Tiago Fidalgo de Freitas) in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Fernando Alves Correia*, 2023 (no prelo)
- *A inexistência de concorrência por motivos técnicos no Código da Contratação Pública de Cabo Verde* (no prelo);
- *Apontamentos sobre a apreciação da inconstitucionalidade de regulamentos pelos tribunais administrativos* in *Impugnação direta, indireta ou incidental e omissões regulamentares*, Centro de Estudos Judiciários, 2020, e-book.
- *A declaração de ilegalidade por omissão de planos urbanísticos* in *Contentioso dos planos urbanísticos: jurisdição administrativa e fiscal*, Centro de Estudos Judiciários, outubro de 2018, e-book, pp. 25-65.

- *Separação de poderes, reserva de função administrativa e alocação normativa entre acto legislativo e regulamentar* in AA. VV., *X Encontro de Professores de Direito Público* (Coord. A. GOUVEIA MARTINS, A. LEÃO, B. MAC CRORIE, P. FRAGOSO MARTINS), *e-book ICJP-CIDP*, 2017 (https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_0.pdf), pp. 33-83.
- *Direito Administrativo I – Roteiro Prático, Jurisprudência e Exames* em co-autoria com M.^a JOÃO ESTORNINHO, S. LOPES LUÍS e J. PAÇÃO, Lisboa, AAFDL, 2016.
- *Ponderação na revogação de actos administrativos inválidos, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, IV*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 769-795.

3. ESTÂNCIAS DE INVESTIGAÇÃO

- Jagiellonian University Krakow (Prof. Convidado), Abril 2023
- Universitat Girona (Prof. Convidado), Setembro 2022

Lisboa, janeiro de 2024